

FONTES DE FINANCIAMENTO PARA A TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS INCUBADOS

Marcos Vinicius Alberton De Lima*

Vanessa Ishikawa Rasoto**

RESUMO

Atualmente, existem inúmeras fontes de financiamento para o desenvolvimento da tecnologia e da inovação. A partir do ano de 2000, fontes de recursos continuados foram implementadas pela edição dos fundos setoriais. Sabe-se que as fontes de fomento são fundamentais para o desenvolvimento da tecnologia e alavancagem da inovação. Diante desse contexto, o objetivo deste estudo foi propor um roteiro para a captação de recursos via editais de financiamento, em específico, para a subvenção econômica e para o Projeto Inovar, um programa da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), focado em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para empreendimentos incubados. Buscou-se, também, verificar a relação entre adoção de boas práticas da Governança Corporativa, com sucesso nos editais de chamadas públicas das fontes de financiamento, e investidores para empreendimentos nascentes. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. O estudo foi realizado durante a Feira do Empreendedor, no mês de março de 2010. Na pesquisa efetuada na feira, onde se apresentavam diversos formatos de empresas incubadas, apenas uma delas havia sido beneficiada por alguma forma de financiamento. Essa empresa foi selecionada como fonte de dados, por ser de base tecnológica e ter experiência na escrita de projetos de captação de fomento. A proposição do roteiro também se utilizou das orientações e recomendações da FINEP. As dificuldades encontradas foram: o não entendimento do edital; a negociação de parcerias; a contrapartida, e, no caso da busca de investidores de risco; a falta de credibilidade por ainda ser desconhecido no mercado, e, por parte das empresas, certo receio na perda dos ideais do empreendimento.

Palavras-chave: Fontes de Financiamento; Empresas incubadoras, Governança Corporativa, Projeto Inovar.

* Aluno do 4º ano do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica da Fundação Araucária. E-mail: albertondelima@hotmail.com.

** Doutora em Engenharia de Produção (UFSC). Professora da FAE Centro Universitário e da UTFPR Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail vrasoto@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A sobrevivência dos pequenos empreendimentos pode ser fortalecida a partir da captação de recursos nas instituições de fomento para o fortalecimento da pesquisa e desenvolvimento da infraestrutura de empresas de base tecnológica e de novos empreendedores. Cada vez mais, fica evidente que, com as mudanças que têm ocorrido nas formas de organização, a gestão pela governança corporativa pode emprestar credibilidade à empresa no momento de busca de expansão e abertura do empreendimento para novos investidores de forma mais segura.

Diante desse contexto, a presente pesquisa buscou estudar as variáveis que podem compor um roteiro base para captação de recursos de modo geral, com especial atenção para a subvenção econômica e para o Projeto Inovar.

1 FONTES DE FINANCIAMENTO

A necessidade de mecanismos adequados ao financiamento de ações e políticas é um ponto fundamental para obtenção de sucesso na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). É preciso, também, que os agentes e instituições atuantes no sistema saibam como e quando acessar tais mecanismos, para a viabilização financeira dos projetos e ações.

Existem inúmeros instrumentos para financiamento de CT&I no Brasil, sendo os principais os chamados fundos setoriais. Para Lima e Rasoto (2010), esses fundos são de suma importância, pois trazem a estabilidade de recursos.

As formas de acesso, em geral, são por projetos selecionados em chamadas públicas via mecanismo de editais, e correspondem a um conjunto de medidas com vistas à captação de recursos para o financiamento de projetos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico de diversos setores econômicos, visando ampliar a capacidade de geração e de incorporação de conhecimento científico e tecnológico na produção de bens e serviços pelas empresas.

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio da FINEP, mantém 16 fontes de financiamento, sendo 15 setoriais (CT – Aeronáutico, CT- Agronegócio, CT – Amazônia, CT – Aquaviário, CT – Biotecnologia, CT – Energ, CT – Espacial, CT – Hidro, CT – Info, CT – Infra, CT – Mineral, CT – Petro, CT – Saúde, CT – Transportes, FSA – Fundo Setorial do Audiovisual), mantidos com os impostos que são recolhidos em suas respectivas áreas; e dois transversais, constituídos a partir dos 15 fundos específicos de áreas citados anteriormente.

A consulta de chamadas vigentes pode ser feita no *site* do MCT, na parte destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), em que se tem acesso às chamadas públicas, ou no site da FINEP.

Demandas não contempladas pelas áreas dos fundos setoriais são atendidas nas ações transversais, as quais são programas estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia e têm ênfase na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).

2 PROJETO INOVAR (OS ANGELS – INOVAR ANJOS, SEED CAPITAL – INOVAR SEMENTE E VENTURE CAPITAL – INOVAR FUNDOS)

A FINEP é o órgão nacional responsável pelo apoio a empresas nascentes a partir do Projeto Inovar, um programa estruturado de *venture capital* criado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Oriundos desse projeto, surgem o INOVAR I, em maio de 2000, e INOVAR II, em julho de 2008.

O Inovar II foi criado com objetivos de desenvolver ações para consolidação da indústria de *Venture Capital* e *Private Equity*, além de contribuir para a estruturação de uma indústria de capital semente no Brasil.

Atualmente, o Inovar conta com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A (BDMG), Bm&fBovespa, Banco Regional do Desenvolvimento (BRDE) do extremo sul, Fundação Eletrobrás de Seguridade Social (Eletros), Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fanchesf), Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes), Fundação Itaipu – BR de Previdência e Assistência Social (Fibra), Fundação dos Economistas Federais (Funcfe), Fundação CESP, PETROS, Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, Valia, Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social, e Elos – Previdência Complementar.

Dentre as formas de apoio do Projeto Inovar estão: o *Venture Fórum FINEP*, *Seed Fórum FINEP*, *Inovar Fundos*, *Inovar Semente*, e *Inovar Anjos*. Os últimos editais realizados foram a quinta chamada para o Inovar Semente, e a 11ª chamada do Inovar Fundos realizadas em junho de 2010.

Desde o ano 2000, o Projeto oferece fóruns visando à qualificação empresarial, tendo realizado nove *Seed Fórum FINEP*, 18 *Venture Fórum FINEP*, e cinco *Fórum Brasil Abertura de Capital*.

Desde o ano de 2001, a FINEP já realizou 11 chamadas do Inovar Fundos, tendo recebido 139 propostas, sendo que destas, 87 foram aprovadas e resultaram em 18

fundos de *Venture Capital* e *Private Equity* aprovados pela FINEP. O Inovar Semente já realizou, desde 2006, cinco chamadas com 48 apresentações de firmas gestoras e com a aprovação de seis fundos.

Segundo o site do Projeto Inovar “com as duas ações de investimento, a FINEP aprovou 26 fundos, dos quais 18 estão em operação, sete em fase de captação e um fundo completamente desinvestido em 2008”. No total, mais de 70 empresas receberam aporte de investimentos pelas ações da FINEP, destas, 19 são microempresas (receita líquida no ano anterior ao investimento foi inferior ou igual a R\$ 2,4 milhões); 31 pequenas empresas (R\$ 2,4 milhões a R\$ 16 milhões); média empresa (R\$ 16 milhões a R\$ 90 milhões); três médio-grandes empresas (R\$ 90 milhões a R\$ 300 milhões); e três grandes empresas (acima de R\$ 300 milhões).

Empresas do setor de Informática e Eletrônica foram as que mais receberam apoio dos fundos do Inovar, sendo 23 no total. As demais empresas se enquadram nos setores de: Agronegócio (5); Comunicação (5); Farmacêutica (5), Medicina e Estética (4); Alimentos e Bebidas (3); Biotecnologia (3); Serviços Financeiros (3); Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico (3); Outras Indústrias (3); Infraestrutura (3); Serviços Diversos (3); Indústrias Químicas (2); Serviços de Transporte e Logística (2); Varejo (1); Construção Civil; Educação (1); e Energias e Combustíveis (1).

Da totalidade de recursos da FINEP, 42% estão comprometidos com *Venture Capital*, 44% com *Private Equity*, e 14% com *Seed Capital* (INOVAR, 2011).

Para Souza (2008 *apud* LIMA; RASOTO, 2010), o *Venture Capital* é um mecanismo importante de apoio para a superação das dificuldades de inserção de novos empreendimentos no mercado. Sendo que a importância do Capital Empreendedor cresceu significativamente nos últimos anos e os impactos econômicos vêm sendo percebidos em vários aspectos.

Segundo Del Ângelo (ANO *apud* IBCG, 2010), *Venture Capital* (VC) é uma modalidade financeira na qual, na maioria das vezes, um fundo privado adquire parte de uma empresa com o objetivo de obter retorno a médio e a longo prazo, desfazendo-se da sua participação, a partir de um processo chamado desinvestimento.

3 SUBVENÇÃO ECONÔMICA

A subvenção econômica, prevista na Lei nº 10.973/2004 (chamada de Lei de Inovação), viabilizou recursos não reembolsáveis para inúmeros projetos de tecnologia e inovação desde a sua criação por meio de três programas: Edital Nacional da FINEP,

PAPPE¹ e PRIME², os dois últimos em parceria com diversos estados. Desde 2006, os Editais Nacionais de Subvenção passaram a ser publicados anualmente e são recursos não reembolsáveis.

A modalidade de fomento do PAPPE dispõe recursos financeiros às pequenas e médias empresas, por meio da operação com parceiros estaduais, para o desenvolvimento de atividades de inovação em setores importantes para o desenvolvimento local.

Para Rezende (2010), essa modalidade de fomento disponibilizou investimentos na ordem de R\$ 265 milhões, sendo R\$ 150 milhões do FNDCT e R\$ 115 milhões de contrapartida de Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP), e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas (SEBRAE) e Federações da Indústria.

O PRIME, de 2009, é um programa de subvenção econômica para *startups*. A viabilização do PRIME é em parceria com incubadoras de empresas pré-selecionadas e apoia empresas selecionadas por meio de editais regionais. Cada empresa recebe a subvenção e, no segundo ano, pode ser beneficiada com recursos reembolsáveis com juros subsidiados do programa Juro Zero.

Ainda existem mais de 30 fundos de capital de risco, criados com apoio da FINEP e do BNDES para investir nas novas empresas inovadoras.

4 EMPRESAS INCUBADAS

Um significativo número de empreendimentos nasce a partir dos processos de incubação. Embora a empresa encontra-se incubada, continua apresentando riscos, principalmente ligados à questão do mercado e das novas tecnologias.

O fundamento principal aconselhado para as empresas incubadas é ter um bom plano de negócios, no qual a estratégia do empreendimento fique clara, com um planejamento bem estruturado. O plano de negócios certamente não responde a tudo, mas vai ajudar muito no processo de tomada de decisão, na busca de fomento, atração de capital semente ou de investimento e, ainda, vai cuidar para não se desviar dos objetivos empresariais.

¹ Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas – Modalidade de apoio financeiro, criada em 2006, permite a aplicação de recursos públicos não reembolsáveis diretamente em empresas, para compartilhar com elas os custos e riscos inerentes a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

² Programa PRIME - Primeira Empresa Inovadora – Tem a finalidade de apoiar empresas nascentes na consolidação de sua estratégia gerencial para o desenvolvimento e a inserção no mercado de produtos inovadores.

Para as empresas incubadas existem diversas oportunidades de fomento a partir de editais da com recursos do governo federal e dos governos dos estados e do SEBRAE (um dos principais apoiadores de empreendedores).

Dornelas (2008) coloca que várias ações foram desenvolvidas na última década como processo de apoio para as empresas incubadas. Dentre as ações destaca-se o Programa Brasil Empreendedor, o qual foi dirigido à capacitação de empreendedores em todo país. Das ações voltadas à capacitação do empreendedor, pode-se citar os programas Empretec, o Jovem Empreendedor do SEBRAE e o Desafio SEBRAE e as iniciativas, dos cursos de graduação com disciplinas de empreendedorismos criados nas universidades brasileiras e o movimento de incubadoras de empresas.

Mais recentemente, várias escolas estão criando programas não só de criação de novos negócios, mas também focados em empreendedorismo social e empreendedorismo corporativo. As franquias também podem ser consideradas como um exemplo de desenvolvimento do empreendedorismo nacional.

A edição do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) de 2010, divulgada pelo SEBRAE, mostrou que cerca de 21 milhões de pessoas estão tocando negócios próprios no país. É um dos melhores resultados em 11 anos, e ainda demonstrou que os valores investidos diminuíram, 18% disseram que precisam de menos de R\$ 2 mil para começar, demonstrando facilidade de iniciar um novo negócio (ACADEMICOCRARJ, 2010).

Segundo a pesquisa GEM (2010) no Brasil, desde o ano de 2003, os empreendedores por oportunidade são maioria, diminuindo, assim, os empreendimentos que surgiam em função de necessidades momentâneas.

Em 2010, o Brasil novamente supera a razão de dois empreendedores por oportunidade para cada empreendedor por necessidade, o que já havia ocorrido em 2008. Esse valor é semelhante à média dos países que participaram do estudo do ano de 2010, que foi de 2,2 empreendedores por oportunidade para cada um por necessidade.

Outra característica apresentada pela pesquisa do GEM de 2010 é que a Taxa de Empreendedores por oportunidade aumentou em todas as faixas de níveis de escolaridade. Já a taxa de empreendedores por necessidade diminuiu ou se manteve estável nos níveis de escolaridade mais elevados (acima de cinco anos de estudo), e aumentou nos níveis mais baixos. Esse comportamento é compatível com um mercado de trabalho que expande as oportunidades de ocupações e tende a restringir o empreendedorismo por necessidade às pessoas cujas condições de empregabilidade são mais vulneráveis (GEM, 2010).

Para Birley e Muzyka (2001), quando se trata de investidores de risco é importante conhecer o que é avaliado quando eles pensam em investir. Um ponto que os investidores

de riscos pesquisam muito são as oportunidades mais apropriadas. Chegam a pesquisar mais de cem empreendimentos antes da tomada de decisão.

Se os empreendedores conhecerem esses modelos de gestão, terão maior facilidade de formalizar parcerias com aporte de recursos quando demonstrar diretrizes de governança, aumentando a credibilidade e as chances de receber apoio.

5 GOVERNANÇA CORPORATIVA

O conceito de governança corporativa foi criado na década de 1980 e, segundo Okimura (2003), a governança corporativa surgiu motivada por diversos casos de abuso de poder e expropriação da riqueza dos acionistas por parte dos executivos, que, naquela época, dominavam os Conselhos de Administração. A medida para prevenir os abusos foi dada principalmente pela atuação dos investidores institucionais, em fundos de pensão, cujo ativismo tornou-se sinônimo do termo governança corporativa nos EUA.

Garcia (2005) salienta que o principal objetivo da governança é ter um conjunto de regras para reger o relacionamento dentro de uma organização e os interesses das partes interessadas.

Quanto ao sistema de governança corporativa adotada pelas empresas, depende do ambiente institucional no qual ela está inserida. Cabe ao Estado a definição dos sistemas financeiro e legal, modelar a formação do mercado de capitais local, e o grau de proteção dos investidores, e estes, por consequência influenciam o modelo de governança das empresas (SILVEIRA 2002). Ou seja, cada país modela conforme as suas peculiaridades o sistema de governança das suas empresas.

6 METODOLOGIA E A FONTE DE DADOS

A metodologia utilizada foi o estudo de caso, e a fonte de dados foi a pesquisa realizada durante a Feira do Empreendedor, realizada dos dias 17 a 20 de março de 2011, promovido pelo SEBRAE/PR na Expo Unimed.

Dentre as empresas incubadas expositoras, apenas a *Fasol Inteligent Pool* era oriunda de incubadora de base tecnológica (as demais eram empresas de serviços, de produtos tradicionais, e franquias), a qual foi selecionada como objeto de estudo de caso por reunir as seguintes condições:

- empresa participante de programa de incubação;

- empresa de base tecnológica;
- empresa contemplada por fomento para pesquisa e desenvolvimento na condição de subvenção econômica do programa PRIME.

A fonte de dados é a empresa *Fasol Intelligent Pool*, incubada desde março de 2009, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a qual possui um programa de empreendedorismo e inovação desde o ano de 1997.

A empresa *Fasol*, no final de 2009, foi contemplada por um projeto de subvenção econômica do programa PRIME/FINEP, o que significou fortalecimento do empreendimento e inserção no mercado.

A *Fasol* recebeu o prêmio Ícaro do Empreendedorismo do ano de 2009: homenagem feita pela UTFPR pelo Dia da Indústria e em comemoração aos 100 anos da Universidade.

7 RESULTADO E PROPOSIÇÕES

O estudo buscou identificar as fontes de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo os recursos do Projeto Inovar, como também verificar se existe alguma relação na questão credibilidade quando a empresa adota, na gestão da empresa, princípios do modelo da governança corporativa, e, ao final, formatar um roteiro orientativo para busca de fomento.

As proposições abordadas neste item tiveram como objeto e fonte de informações a pesquisa bibliográfica, documental e os dados da empresa estudo de caso. Na pesquisa bibliográfica e documental, percebeu-se que a busca de fomento da subvenção econômica já está bastante disseminado, enquanto para a busca de investidores ainda necessitam de maior divulgação, tanto junto a empresas quanto aos potenciais investidores.

Uma das justificativas para tal comportamento, no que se refere à questão de investidores, é que isso ocorre normalmente no momento em que a empresa já possui uma carteira de projetos inovadores a ponto de ser inserido no processo de produção e no mercado. Segundo Labiak (2004), os investidores (o *Seed Capital*, o *Venture Capital*, entre outros) entram em cena quando a empresa possui uma carteira de projetos.

Para a elaboração de propostas de busca de recursos, independentemente da fonte, a recomendação para a entrada em diversos documentos e estudos é de que o proponente deve conhecer o edital, verificando se é adequado para sua demanda ou não.

As informações contidas nos editais devem ser atendidas sob pena de desclassificação, dentre as principais recomendações da FINEP tem-se:

- Deve-se observar o objetivo do edital e a que se destina, ou seja, as áreas de interesse estratégico contemplados na publicação.
- Identificar, também, a que porte de empresa se destina o edital, por exemplo, microempresas, empresas incubadas, instituições de base tecnológica, etc.
- Verificar quais itens são apoiáveis para atender aos objetivos do projeto. Por exemplo: aquisição de equipamentos, importação, *software*, bolsas pesquisador, diárias, passagens, entre outras.

Frequentemente os projetos não são aceitos por questões operacionais, tais como:

- não atender aos requisitos do edital;
- documentação incompleta;
- envio após a data limite;
- falta de assinaturas;
- falta de parcerias necessárias;
- solicitações não contempladas no edital;
- falta de aderência aos objetivos da proposta, entre outras.

Normalmente, as etapas de um projeto exigidas nos editais são:

- o que está sendo proposto;
- objetivo geral e específico da proposta;
- justificativa da realização do projeto;
- perspectivas de mercado;
- infraestrutura existente;
- equipe necessária para o desenvolvimento da proposta;
- infraestrutura necessária (equipamentos, softwares e espaço físico);
- orçamento hora/custo (é importante ter clareza dos custos envolvidos, em algumas situações, a memória do cálculo é solicitada);
- obrigações dos atores envolvidos;
- contrapartida, quando é o caso;
- cronograma físico e financeiro;
- responsáveis das instituições envolvidas.

Para a obtenção de fundos do Projeto Inovar, além das indicações citadas anteriormente, são necessárias informações específicas, obtidas a partir do *site* da FINEP.

Como roteiro básico para empresas interessadas em captar recursos do o Projeto Inovar, precisa seguir alguns passos:

- Primeiramente, buscar no *site* <http://www.venturecapital.gov.br>, na área de chamadas públicas, por novos editais dos FUNDOS.
- Ao abrir uma nova chamada, deverá ser feito o *download* do edital e elaborar a proposta segundo o que indica o edital. O conteúdo mínimo de cada proposta para receber o FUNDO varia de acordo com a chamada, mas alguns itens são básicos como:
- nome do **FUNDO**;
- nome da empresa administradora;
- nome da empresa gestora;
- responsável pelo **FUNDO** (pessoa física);
- estrutura legal;
- investimento máximo e mínimo do **FUNDO** por setor (quando for o caso);
- investimento máximo e mínimo do **FUNDO** por empresa / fundo;
- participação do **FUNDO** nas empresas (majoritária/minoritária);
- períodos de investimento e desinvestimento;
- patrimônio do **FUNDO** (volume de recursos);
- taxas de administração e performance;
- número de empresas / fundos a serem investidas(os).

Dentre os pedidos mínimos no pré-projeto, cada Fundo de apoio apresenta sua particularidade. O **Inovar Fundos** pede:

- enquadramento como FUNDO de *Venture Capital, Private Equity* ou FUNDO de fundos;
- tamanho das empresas no momento do investimento;
- captação pretendida junto aos Parceiros do Inovar Fundos e outros investidores;
- comprometimento de recursos do gestor e/ou administrador no FUNDO.

No Edital para a chamada de Fundos **Inovar Semente**, existem pequenas diferenças no que se pede:

- composição do patrimônio pretendida; informações detalhadas sobre a empresa administradora/gestora;

- responsável pelo FUNDO (currículo e histórico de operações);
- estrutura organizacional (qualificação, currículos, e pelo menos duas referências pessoais dos componentes da equipe principal, analistas, bem como as respectivas dedicações de tempo); tamanho projetado para o FUNDO, devidamente fundamentado em face da tese de investimentos;
- detalhamento do ciclo de investimento (períodos de investimento e desinvestimento);
- detalhamento da estrutura da taxa de administração e da taxa de performance;
- estratégias de saída;
- captação junto a outros investidores, incluindo perfil, estágio das negociações e possíveis comprometimentos;
- estratégia de Investimentos – focar indústrias e setores-alvo, perfil das empresas-alvo e tamanho previsto dos investimentos;
- análise fundamentada do mercado-alvo dos investimentos, citando fontes de pesquisa;
- meta de retorno, incluindo as simulações de taxa de retorno por investimento, taxa interna de retorno para o fundo, taxa interna de retorno aos investidores e fluxo de caixa do Fundo.

As avaliações dos projetos ocorrem em duas fases. Na primeira, ocorre a pré-qualificação da proposta, e caso de a proposta ser qualificada, é encaminhada para a avaliação.

O estudo de caso na empresa apresentou as seguintes informações com relação à busca de fomento e investidor externo:

- Ficou evidenciado certo receio que ao se inserir um sócio capitalista a empresa venha a perder seus ideais e valores. Dentre os pontos destacados, sobressai-se que os fundos de inovação focam muito o domínio da gestão.
- Com relação à governança corporativa a empresa adota os princípios de maneira informal, enfatizando que cada participante deve atuar com transparência, arcar com suas responsabilidades e com neutralidade, isso contribui para construção de um clima de confiança dos clientes, fontes de fomento e sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES

Neste estudo foi possível perceber que existem oportunidades para obtenção de fomento para o apoio do desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento, incluindo os novos empreendimentos, seja de subvenção econômica, seja de recursos de investidores.

Para qualquer obtenção de recursos não reembolsáveis, o entendimento do edital é um fator importante, assim como escrever adequadamente a proposta, de forma que responda aos critérios de seleção, atentando para todas as etapas propostas.

Para os casos de investimento em *venture capital*, a organização precisa demonstrar seu potencial via plano de negócio, planejamento estratégico ou sistema de gestão, incluindo os princípios da governança corporativa, mesmo que informalmente. Esse itens deixam bem evidente que a forma de administração do empreendimento contribui significativamente para a credibilidade do empreendimento. Ou seja, os princípios da governança corporativa é uma forma de gestão que pontua positivamente para que os projetos de busca de fomento sejam aprovados.

REFERÊNCIAS

- ACADEMICOCRARJ. Disponível em: <www.academicocrarj.blog>. Acesso em: 23 mar.2011.
- UTFPR. agência de Inovação. **Manual da propriedade intelectual na UTFPR**. Curitiba, 2007.
- BYRLEY Sue; MUZYKA, Daniel F. **Dominando os desafios do empreendedor**. São Paulo: Makron Books, 2001.
- BRASIL. Decreto nº 5.602, de 06 de dezembro de 2005. Regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 06 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5602compilado.htm>. Acesso em: 21 ago. 2010
- BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação). Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm>. Acesso em: 21 ago. 2010.
- BRASIL. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem). Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital... **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 nov. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11196.htm>. Acesso em: 21 ago. 2010
- CARVALHO, Hilda Alberton de et al. Fontes de financiamento para inovação tecnológica. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 5., 2010, Maceió, 2010. **Anais**. Maceió, 2010. .
- DEL ANGELO, Thuanne; RASOTO, Vanessa I. Venture capital e governança corporativa. **Caderno de Iniciação Científica**, Curitiba: Fae Centro Universitário, n.11, p. 435-450, 2010.
- DORNELLAS, Jose Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
- FASOL. Disponível em: <www.fasol.ind.br>. Acesso em: 22 jun2011.
- FINEP. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/>>. Acesso em : 02mar. 2011.
- GARCIA, Arthur Felix. **Governança corporativa**, (Monografia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- GAZETA DO POVO. **Notícia**. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1108343>. Publicada em 22/03/2011>. Acesso em :23 maio 2011.
- GEM. Disponível em: <www.gemconsortium.org>. Acesso em: 22 nov. 2010 .
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.
- IBCG. Disponível em :<www.ibcg.com.br/> . Acesso em: 25 mar. 2011.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1996.

LABIAK, Silvestre. **Habitats para um empreendedorismo sustentável**: estudo de ferramentas para potencializar práticas inovadoras. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Tecnologia, UTFPR, Curitiba, 2004.

LIMA, Marcos V. A; RASOTO, Vanessa I. Pós-Incubação, a dificuldade da inserção no mercado e a relevância do Venture Capital. **Caderno de Iniciação Científica**, Curitiba: FAE Centro Universitário, n. 10, p. 275-290, 2010.

LIMA, Marcos. V. A.; RASOTO, V. I.; ALBERTON, I. L. Propriedade Intelectual como Instrumento de Inovação e Transferência de Tecnologia. In: ENCONTRO ACADÊMICO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2., Rio de Janeiro, 2009. **Anais**. Rio de Janeiro, 2009.

MCT. Disponível em: < <http://www.mct.gov.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

OKIMURA, Rodrigo T. **Estrutura de propriedade, governança corporativa, valor e desempenho de empresas no Brasil**. São Paulo: FEA/USP. 2003.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. **Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil**. Dissertação (Mestrado) - FEA-USP, São Paulo, 2002.

SOUZA, D. L. O. de. **Ferramentas de gestão de tecnologia**: um diagnóstico de utilização nas pequenas e médias empresas industriais da região de Curitiba. 2003, 120p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. CEFET-PR, Curitiba, 2003.

SOUZA, S. H. M. **Capital empreendedor, venture capital & private equity – capital de risco**. Curitiba: Juruá, 2008.

UTFPR. Disponível em: < www.utfpr.edu.br/inovacao>. Acesso em: 02 mar.2011.

VENTURECAPITAL. Disponível em : <<http://www.venturecapital.gov.br/vcn/chamadasPublicas.asp>>. Acesso em: 02 mar.2011